

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O “NACIONALISMO POPULAR” DO PARTIDO BAATH

Victor Cecchini de Farias

Mestrando em estudos árabes da USP

Apresentação

O presente artigo almeja evidenciar como o “nacionalismo popular” presente na ideologia do Partido Baath arregimentou força e popularidade dentro da política e da sociedade síria. Partindo de seu nascedouro em 1943 até o estabelecimento da união com o Egito em 1958 para a composição da República Árabe Unida, evento no qual tiveram papel de destaque. Desta forma serão detalhados e analisados os elementos que compõem o termo empreendido por Albert Hourani.

Desenvolvimento

A conquista da Independência nacional em 1946 não expressou uma mudança significativa na estrutura social do país. Os setores administrativos estavam ocupados pelo Bloco Nacional, coligação composta por indivíduos de famílias detentoras de terras e proeminência em cidades como Damasco, Homs e Aleppo. A oposição a este grupo e sua política de preservação do *status quo* mesclaram elementos religiosos, nacionalistas e de justiça social; como exemplo do Partido Comunista, do braço sírio da Irmandade Muçulmana (que nasce no Egito, fundada por Hasan al-Banna) e do Partido Baath. (HOURANI, 2006, p. 527-8).

Os indivíduos que compunham o Baath¹ foram profundamente influenciados pelos eventos ocorridos desde 1915; tendo crescido em ambientes de familiares nacionalistas, a imersão no cotidiano das reivindicações independentistas e na luta contra as forças francesas. Sua atuação política mostrou-se com maior proeminência a partir de 1943, onde estabeleceram ações mais sistemáticas contra o mandato francês ao propagarem panfletos e escritos denunciando a opressão vigente. No entanto, a Primeira Convenção Nacional do partido data apenas de 1947.

¹ Que tinha Michel Aflaq e Salah al-Din al-Bitar como suas figuras mais proeminentes.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Baath trazia seu objetivo exposto em seu nome, tencionava fazer “renascer” a “comunidade árabe”. Este propósito só poderia ser atingido através de um processo de retroalimentação entre o *slogan* Baathista: “Unidade, Liberdade e Socialismo” e o conceito de *Inqilab* defendido por Aflaq – que imbricava em uma transformação estrutural no espírito e no pensamento de cada indivíduo para revolucionar a sociedade.

O *Inqilab*, por sua vez, está condicionado a: “(1) consciência das realidades históricas e contemporâneas que exigiam uma transformação drástica; (2) um sentimento de responsabilidade enraizado em uma forte base moral; e (3) uma crença genuína na viabilidade, no estágio existente da história árabe (...)” (KAYLANI, 1972, p. 5).

A retroalimentação ocorre, pois Aflaq determina que, para alcançar a unidade, a liberdade e o socialismo, a sociedade deveria ter alcançado a consciência histórica, a responsabilidade depositada em uma base moral e a confiança de sua praticabilidade; ao mesmo tempo que coloca que os três conceitos do slogan são fundamentais para a conquista do *Inqilab*. Nabil Kaylani aponta para este paradoxo, que evidencia translucidamente a dificuldade desta ideologia alcançar as massas e ser inicialmente destinada a ganhar corpo nos redutos intelectuais.

Albert Hourani, em sua obra *Uma história dos povos árabes*², utiliza-se da expressão “Nacionalismo Popular” para evidenciar um conceito que permeou os países árabes durante as décadas de 1950 e 1960; desta forma, foi utilizado por diferentes grupos em diferentes países e com diferentes abordagens. O conceito possuía três elementos fundamentais e com grande capacidade de apelo à população: o não-alinhamento, a unidade árabe (nacionalismo árabe) e o socialismo (socialismo árabe) (HOURANI, 2006, p. 524-5).

O Islã não foi abandonado completamente, ainda era um componente dentro do nacionalismo popular, uma linguagem poderosa diante das massas, sendo utilizado pelo Baath como um elemento que exportasse suas experiências a um nacionalismo árabe secular.

“Só há uma nação árabe, com direito a viver num único Estado unido. Foi formada por uma grande experiência histórica, a criação pelo Profeta da religião do Islã e da sociedade que a encarnou. Essa experiência pertencia não só aos muçulmanos árabes, mas a todos os árabes que se haviam apropriado dela como sua, e encarnavam-se como a base de sua pretensão a uma missão especial no mundo e a um direito de

² HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

independência e unidade. Eles só podiam conseguir esse objetivo através de uma dupla transformação: primeiro do intelecto e da alma – uma apropriação da ideia da nação árabe através da compreensão e do amor – e depois do sistema político e social.” (HOURANI, 2006, p. 528-9).

A experiência proporcionada pelo advento do Islã não se limitou aos muçulmanos, mas apresentou-se a todos aqueles que entraram em contato sistêmico com suas ideias. Essa influência estava inserida na cultura local, como na utilização da língua, do calendário, a convivência constante com as rezas da sexta-feira e o Ramadã. Desta forma, a composição do senso de comunidade entre os muçulmanos (*umma*) era o exemplo empírico para a formação de um “corpo social árabe” que se refletiria em um Estado árabe unido, independente e soberano.

“O Islã, em certo sentido, terminou como uma influência moral e unificadora entre os árabes quando se espalhou para além dos não-árabes pálicos e intelectuais. Aflaq reconhece o Islã como um elemento do nacionalismo árabe, mas com a condição de que deve se subordinar ao movimento nacionalista secular. Em outras palavras, o nacionalismo árabe substituiu o Islã como a força motriz do povo árabe.” (TORREY, 1969, p. 450).

O islamismo possui uma grande capacidade de arregimentação; assim como muitas outras religiões, a sua influência não poderia ser simplesmente abandonada ou subestimada, porém a sua utilização ocorreu para ressaltar e agir em direção a uma laicização.

A unidade árabe defendida pelo Baath acreditava na formação de um único Estado, que não poderia ser concebido através de guerras ou denominações, mas de um verdadeiro entendimento e de um pacto que levassem todos a se congregarem em um Estado, tanto espiritual como nacional (KAYLANI, 1972, p. 6).

As limitações do governo de al-Quwatli (eleito em 1943) em seguir uma política propriamente “nacionalista árabe” – que previa a união com demais regiões – e seu comprometimento em preservar o *status quo* e o mando das classes tradicionais sírias fizeram que o Baath migrasse para a oposição com a independência em 1946.

“Antes de 1948, os tradicionalistas, apesar de suas omissões e comissões, possuíam supremacia e gozavam de considerável popularidade. Depois de 1948, subitamente se viram frente a frente com algo equivalente a uma falência política. Na Síria, mais do que qualquer outro país do Oriente Médio Árabe, 1948 marcou um divisor de águas; desagradou os conservadores liberais pró-Ocidentais e ativou um movimento esquerdista como uma alternativa viável.” (KAYLANI, 1972, p. 10).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Apesar das críticas ao governo tradicionalista de Shukri al-Quwatli, este ainda permaneceu com certa popularidade e credibilidade, que se findou com a veemente e traumática derrota para as tropas israelenses.

A guerra Árabe-Israelense que se iniciou em 1948 marcou o confronto entre os exércitos israelenses e as forças combatentes enviadas pela Trans-Jordânia, Líbano, Egito, Iraque e Síria. A comunhão dos Estados poderia representar os primeiros passos para uma união mais sistemática e concreta, onde as fronteiras impostas pelas opressões estrangeiras seriam superadas pela derrota de um inimigo comum, somadas à libertação da Palestina. O Baath atuou ativamente no confronto, tanto em combate, enviando voluntários e integrantes do Partido (como Aflaq e al-Bitar); assim como no angariamento de fundos e armamentos para os soldados.

A realidade foi cruel ao evidenciar que não havia uma união diante um objetivo (libertação da Palestina), mas diferentes interesses que envolviam a expansão territorial, o ônus pessoal da conquista, desconfiança e competição; resultando em descompasso e na tentativa de dificultar as ações dos aliados e, por fim, na derrota trágica.

“O regime de Quwatli, tendo concordado em negociar o armistício, estava sentindo os tremores da derrota na Palestina. Houve manifestações em Latakia, e o exército estava de mau humor e rebelde. Em vez de pisar cautelosamente, o governo envolveu ainda mais a situação anunciando injustamente um corte no orçamento da defesa - um movimento não muito sutil para deixar o exército assumir a responsabilidade pelo fiasco palestino. A resposta dos militares foi rápida e conclusiva. Em 30 de março de 1949, o coronel Husni al-Za'im, em um golpe de Estado rápido e sem sangue, tomou o poder e derrubou Quwatli. A ação de Za'im não foi inspirada por um conflito na ideologia nem acionada por qualquer tipo de luta de classes. Os reformadores militares estavam interessados simplesmente em uma operação de limpeza doméstica que fortaleceria o estado sírio e colocaria um fim à corrupção do regime deposto.” (KAYLANI, 1972, p. 11).

O golpe de Estado sofrido por al-Quwatli e perpetrado pelos militares, resultando na ascensão de Husni al-Zaim, expressou a descrença popular diante da classe política tradicionalista, ao mesmo tempo que inseriu os militares como instrumentos e protagonistas nas ações políticas da Síria independente. Apesar da nova liderança não expressar uma mudança significativa nos quadros sociais da nação, o novo líder teve sua ação apoiada pelo Baath e chegou a acenar para medidas que diminuíssem o custo da vida no país, assim como a reformulação do exército e a independência feminina.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No entanto, rapidamente perdeu o apoio partidário (inclusive o do Baath) ao tentar promulgar uma nova constituição que seria redigida por funcionários públicos. Assim, não haveria um debate amplo acerca do documento, mas algo plenamente imposto verticalmente.

O *coup d'état* gerou um efeito oposto aos interesses dos reformistas militares que tencionavam fortalecer o Estado. Na realidade, acabou por enfraquecer o regime democrático e empoderar personalidades que tivessem a capacidade de arregimentação política e de recursos.

Husni al-Zaim atuou para silenciar as críticas e perpetuar sua figura no poder ao pretender banir todos os partidos, porém em um segundo Golpe de Estado ainda em agosto de 1949, o militar foi derrubado e executado conjuntamente com seu primeiro-ministro pelo coronel Sami al-Hinnawi, que prontamente convocou uma coalizão governamental encabeçada por Hashim al-Atassi como Primeiro-ministro. O grupo contou com indivíduos de diferentes partidos como Michel 'Aflaq do Baath, que assumiu o ministério da educação, porém foi o Partido do Povo que dominou o gabinete.

A principal função da coalizão era a de organizar novas eleições para dar continuidade ao sistema democrático nacional, como também a de gerir o país até a posse dos eleitos. O Coronel al-Hinnawi não abandonou o cenário político e foi nomeado Chefe de Gabinete do Exército Sírio por al-Atassi. Ambos empreenderam esforços para uma inicial união entre a Síria e o Iraque, fortemente defendida e advogada pelo Partido do Povo, vislumbrando a criação de um futuro Estado Árabe do Crescente Fértil (Síria, Iraque, Transjordânia, Líbano e Iraque).

O Partido do Povo conquistou a maior quantidade de assentos no parlamento - 43 de 114 (MUFTI, 1996, p. 52) –, diferentemente do Baath, que obteve apenas 3 assentos; 'Aflaq não estava entre os nomes vitoriosos, fator que o fez resignar do cargo de ministro da educação, já que observou o processo eleitoral como fraudulento. Hashim al-Atassi deixou o cargo de Primeiro-Ministro e assumiu a Presidência do país, já que fora escolhido pelos parlamentares para exercer tal função. (MOUBAYED, 2006, p. 57).

O Baath migrou para a oposição e mostrou-se contra a união entre a Síria e o Iraque. Esta informação pode parecer paradoxal, devido ao nacionalismo árabe defendido pelo partido, porém o panorama apresentado não representava propriamente a crença de unidade defendida pelo grupo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“Representantes da antiga ordem, como Rushdi al-Kikhia e Sabri al-'Asali, esperavam que uma associação com o Iraque neutralizasse a ameaça militar ao seu domínio contínuo. Por essa razão, Hawrani e os membros do Baath denunciaram o plano de unidade como uma conspiração imperialista” (MUFTI, Malik. 1996, p. 52-3). Al-Kikhia fora um dos fundadores do Partido do Povo, enquanto al-'Asali pertencia ao Bloco Nacional, com forte associação ao presidente deposto Shukri al-Quwatli; ambos representavam o tradicionalismo que tentava voltar ao comando. Assim, era uma associação subserviente que atrelaria a Síria à monarquia Hachemita iraquiana (ameaçando seu *status* republicano) e seu principal parceiro comercial, a Grã-Bretanha (por mais que o Reino iraquiano tentasse maior autonomia com a união).

O unionismo do Partido do Povo tencionava o retorno de um sistema que favorecia as famílias dos grandes proprietários. Dentro da ideologia Baathista a união não levaria a uma transformação no espírito e no pensamento dos árabes (*Inqilab*), mas ao fortalecimento da elite, preservando o *status quo* que o Baath pretendia destruir. Desta forma, o apoio inicial do Partido Baath às medidas pró-união ao Iraque mostra-se mais estranho do que sua repulsa e denúncia.

Em dezembro de 1949 um novo Golpe de Estado foi perpetrado, derrubando o então Chefe de Gabinete do Exército Sírio, Sami al-Hinnawi, porém preservando al-Atassi na Presidência da República. O ato foi realizado pelo Coronel Adib al-Shishakli e com o apoio de Akram al-Hawrani, líder do Partido da Juventude (*Hizb al-Shabab*); estes tencionavam enfraquecer as influências Hachemitas no território sírio, evitando a união.

Entre os anos de 1949 e 1951 o militar manteve-se atuante atrás dos governos oficiais, porém permanecia como a figura detentora do poder. Durante o período ocorreram seis mudanças no cargo de Primeiro-Ministro, al-Shishakli impôs para o cargo de Ministro da Defesa o seu “homem de confiança”, Fawzi Selu, que atuava para impedir o sucesso do Partido do Povo em estabelecer uma união entre a Síria e o Iraque.

“Em dezembro de 1951, no entanto, o presidente Atasi pediu a Ma'ruf al-Dawalibi, outro membro do Partido do Povo, para formar um gabinete. Dawalibi aceitou o cargo, mas se recusou a dar o Ministério da Defesa a Fawzi Selu. Como resultado, Shishakli lançou outro golpe, prendendo o primeiro ministro e todos os membros do Partido do Povo. Todos os membros e estadistas pró-hashemitas também foram presos e o parlamento foi dissolvido. Em 24 de dezembro de 1951, o Presidente Atasi apresentou sua renúncia ao parlamento dissolvido, os verdadeiros representantes do povo, mas, em protesto, recusou-se a apresentar sua renúncia a Shishakli, que Atasi achava que não tinha direito legítimo de autoridade.” (MOUBAYED, 2006, p. 172).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Baath manteve uma postura analítica até 1951, acompanhando os eventos que se seguiam para determinar se apoiava ou não al-Shishakli, porém com o fechamento do Parlamento e o estabelecimento de medidas ditatoriais, o partido colocou-se como oposição ao sistema vigente.

Fawzi Selu assumiu a presidência da república, porém era apenas um “fantoche” diante das delimitações de al-Shishakli, que em 1952 dissolveu os partidos políticos e criou a sua própria organização, o Movimento de Libertação Árabe. Tanto o Baath como o Partido Socialista Árabe (antigo Partido da Juventude) foram banidos. Ao estabelecerem uma oposição mais atuante, ‘Aflaq, al-Bitar e Hawrani foram presos, fugindo após alguns dias em direção ao Líbano.

Em 1953 o Partido Baath e o Partido Socialista Árabe se uniram para compor o Partido Socialista Árabe Baath, porém isso não significou uma mudança formal nas delimitações ideológicas formuladas por ‘Aflaq e al-Bitar. “Hourani finalmente realizou no Ba'th o que Lenin realizou no marxismo: ele o transformou em uma estratégia de ação política” (KAYLANI, 1972, p. 7).

Apesar de sua atuação constante no cenário político sírio, o Baath continuava restrito aos setores mais intelectualizados da sociedade, tendo dificuldade em transformar sua ideologia em ações concretas. De acordo com Kaylani é com o ingresso de Akram al-Hawrani que o Partido assume uma mobilização política mais proeminente e efetiva, valendo-se dos profundos contatos e influências que a nova figura possuía dentro dos círculos militares. ‘Aflaq era um filósofo, um ideólogo que adentrou no círculo político, mas que nunca nutriu demasiado sucesso nesta última função; al-Hawrani era um político, um militante por excelência.

Akram al-Hawrani nasceu na cidade de Hama, localidade onde galgou proeminência entre os setores camponeses e influência entre os jovens oficiais de inclinação nacionalista; durante a década de 1940 alcançou militares de maior envergadura, tendo lutado ao lado destes durante a Guerra Árabe-Israelense de 1948 (KAYLANI, 1972, p. 10-1). O mesmo apoiou as ações de al-Zaim diante al-Quwatli, de al-Hinnawi sobre al-Zaim e de al-Shishakli (figura que nutriu relações próximas) perante al-Hinnawi.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“Por outro lado, tanto para os Baathistas quanto para Haurani, a aplicação do socialismo era necessária para a emancipação do povo da hegemonia econômico-política do tradicionalismo e uma condição prévia para a regeneração de toda a união árabe. O socialismo foi adotado como o único veículo confiável para o *Inqilab* de ‘Aflaq.” (KAYLANI, 1972, p. 10).

O ideólogo Baathista interpretava o socialismo como uma ferramenta de emancipação diante do regime que se tentava superar, sendo um dos elementos fundamentais para o renascimento dos árabes. Diferia da interpretação marxista sobre a “luta de classes”, não que a rechaçasse por completo, mas observava com exagero o seu aspecto internacionalista, pois acreditava que os laços partilhados por grupos específicos em regiões específicas eram mais fortes e concretos diante de seu respectivo nacionalismo do que a comunhão compartilhada pelo proletariado mundial (OLSON, 1982, p. 11).

O “socialismo árabe” defendido por ‘Aflaq era uma mescla de aspectos socialistas e nacionalistas e tencionava libertar não apenas a sociedade, mas principalmente o indivíduo e seu espírito, desta forma não era contra a propriedade privada, mas favorável à sua distribuição e limitação, opondo-se à perspectiva materialista e completamente nacionalizante encontrada no “socialismo-comunista”. A teoria, em seu cerne, não pretendia acabar com a luta de classes pela tomada de poder das camadas inferiores (apesar de condenar a exploração), mas tornar a distribuição da riqueza mais igualitária e a política acessível a todos aqueles com “talento”, defendendo um Estado democrático (TORREY, 1969, p. 452).

O fator “democrático” era visível diante das críticas ao regime de al-Shishakli, aspecto que levou ao encarceramento e exílio das lideranças baathistas. Estas, por sua vez, conseguiram retornar à Síria em outubro de 1953 devido a uma anistia dada pelo governo após diversos movimentos exigirem e se rebelarem pelo retorno da vida política democrática.

O comando nacional não estava mais sob a liderança do “testa de ferro”, Fawzi Selu, mas da própria “figura forte” do país, Adib al-Shishakli, e de seu partido, o Movimento de Libertação Árabe (organização criada para conectar o governo às massas), que havia conquistado 72 entre os 82 assentos parlamentares - em função do boicote eleitoral.

Objetivando uma ação coordenada contra a ditadura vigente, diversos partidos anteriormente rivais e de ideologias contrastantes uniram-se e estabeleceram um pacto em

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Homs, que tinha entre os integrantes o Partido Baath, o Partido do Povo, o Partido Nacional e o Partido Comunista.

“O primeiro passo foi uma greve estudantil em Aleppo, em 4 de dezembro de 1953, seguida por dois meses de distúrbios em todo o país. Shishakli finalmente impôs a lei marcial depois de esmagar uma revolta drusa em janeiro de 1954, mas quando um levante militar se espalhou da guarnição de Aleppo para outras unidades do exército em 25 de fevereiro, ele decidiu renunciar sem lutar e partiu para o exílio”. (MUFTI, 1996, p. 56).

O confronto entre forças governamentais e combatentes revoltosos levou a Síria à beira de uma Guerra Civil. A renúncia de al-Shishakli apaziguou as animosidades e o encaminhou para o seu exílio em terras brasileiras.

O Baath não criticou apenas a política interna adotada por Adib al-Shishakli, que suprimiu liberdades individuais e acumulou poderes ditatoriais em sua figura; mas também suas ações externas, que aproximaram o país do bloco ocidental, concordando com o pretenso estabelecimento de assentamentos de refugiados palestinos na Síria (ABU JABER, 1966, p. 32). A oposição à política externa empregada era compreensível, pois havia rompido com o terceiro pilar contido no conceito de *Inqilab*, a liberdade ou o não-alinhamento dentro do Nacionalismo Popular de Albert Hourani.

Nas eleições de 1954 o Partido Socialista Árabe Baath conquistou 16 assentos no Parlamento, emergindo como a terceira organização com maior número de representantes, ficando atrás apenas do Partido do Povo (32) e do Partido Nacional (25), respectivamente, assim como do número geral de indivíduos independentemente eleitos (55). O crescimento da esquerda no poder legislativo apresentava o enfraquecimento do tradicionalismo na política nacional, apesar dos dados sobre os indivíduos sem filiação partidária indicarem a permanente força das grandes personalidades regionais.

“A eleição de 1954 mostrou-se vital para a história da Síria. O novo Parlamento era ‘fraco, inseparavelmente dividido e absolutamente sem orientação’. Foi uma presa fácil para um grupo tão bem organizado como o partido Ba‘th. E a influência exercida por este pequeno grupo no novo Parlamento certamente foi desproporcional ao seu tamanho”. (ABU JABER, 1966, p. 36).

A organização e influência Baathistas lhes permitiam convocar greves e manifestações, evidenciando sua penetração nos círculos de trabalhadores e de estudantes; além disso, possuía

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

influência nos redutos militares, impondo uma força coercitiva diante dos demais políticos e organizações partidárias.

Em abril de 1955 o Coronel Adnan al-Malki, militar de alta envergadura e com cargo governamental, foi assassinado em Damasco. Apesar de seu irmão ser filiado ao Baath e de sua proximidade com outros oficiais de elevada patente integrantes da organização política, o Coronel não era um membro oficial, porém foi elevado ao símbolo de mártir pela entidade após sua morte. (MOUBAYED, 2006, p. 70).

O homicídio foi cometido por militares integrantes do Partido Social Nacionalista Sírio (PSNS), fato que permitiu ao Baath a oportunidade de eliminar rivais potencialmente poderosos e com igual penetração nas forças armadas. Desta forma, membros proeminentes foram perseguidos, julgados e presos, levando ao desmantelamento político da organização.

Ainda em 1955 foi estabelecido um acordo econômico e militar, denominado de Pacto de Bagdá, o qual pretendia impedir a proliferação das influências soviéticas na região e acabou por atrelar o Reino do Iraque ao Bloco Ocidental (capitalista), como também tentou captar possíveis aliados na localidade. O resultado foi a criação de um Pacto Defensivo Mútuo entre Egito, Síria e Arábia Saudita, com o intuito de opor-se ao primeiro.

O Partido Baath fitou o Pacto de Bagdá como uma tentativa de controle imperialista que salvaguardasse a existência de Israel (ABU JABER, 1966, p. 39-40). Ao mesmo tempo passou a observar positivamente o Egito de Nasser, principalmente por sua retórica antiocidental e nacionalista (não egípcio, mas árabe).

O colonialismo havia afetado diretamente a região, com divisões arbitrárias, opressões sistemáticas e dominações diretas; após a independência nacional, as antigas metrópoles tentavam preservar as suas influências, ainda mais no período da Guerra Fria, onde o afastamento poderia significar a assimilação do país ao bloco socialista.

O terceiro elemento do *Inqilab*, a “liberdade”, mostrava-se na política externa do Baath, que defendia a prática do não-alinhamento; desta forma, recusava com veemência a associação clientelista ao bloco ocidental capitalista, que representava as antigas forças coloniais ou o bloco oriental socialista (que observavam com mais cautela do que repulsa).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“O socialismo sob o sistema comunista - uma vez que é uma teoria universalista e se esforça para concluir a revolução mundial - não pode realizar um reajuste econômico suficiente até alcançar a revolução mundial. Assim, as condições econômicas nos países comunistas são influenciadas e restringidas por esse objetivo. Isso inclui a preparação para a guerra e a competição com outras nações. Aflaq declarou que os estados comunistas adotam uma política de bloco e, assim, ‘ajudam o imperialismo’.” (TORREY, 1969, p. 452).

O teórico baathista analisava que, em decorrência do sistema comunista não ter alcançado o seu objetivo de dispersão mundial (com o fim da luta de classes, a vitória do proletariado e dos camponeses sobre os detentores dos meios de produção e o fim do sistema capitalista), este necessitava agir em união entre Estados alinhados ideologicamente, para assim competir político, econômico e militarmente com nações capitalistas por zonas de ação e influência; desta forma atuava com a intenção de tutelar novas localidades e as associar ao seu grupo, perpetuando a política imperialista em ambos os lados.

“O ponto central do pensamento de Aflaq é a busca pela liberdade, concebida não apenas como emancipação da tirania política e da pobreza opressiva, mas a libertação do povo árabe, unificada em mente e espírito, unida na irmandade social. A liberdade deve, portanto, emanar da própria alma do árabe e ser estimada como parte indivisível de sua herança cultural. Aqui, novamente, o caminho para a liberdade é o da luta repleta de sacrifícios” (KAYLANI, 1972, p. 6).

O elemento da “liberdade” era mais profundo do que a defesa do não-alinhamento e sua coordenação entre países (vide Conferência de Bandung) que buscavam maior autonomia dentro da dualidade que se apresentava no contexto da Guerra Fria; internamente atuava contra a opressão das classes fundiárias tradicionalistas e do *establishment* que a perpetuava, advogando pelas liberdades individuais como posse à terra (por mais que a quantidade fosse limitada), indistintamente de sua religião, local de nascimento ou classe social, porém não se finda em aspectos materiais, mas transcende à espiritualidade. A libertação deve ocorrer na própria alma do indivíduo, sacrificando sua atual existência (momentânea) corrompida para revolucionar seu espírito e alcançar o *inqilab*.

O acordo armamentista estabelecido entre o Egito e a Tchecoslováquia durante a Conferência de Bandung em 1955 elevou a imagem de Nasser diante das massas, assim o acordo passou a ser interpretado como uma vitória árabe e não unicamente egípcia sobre o imperialismo ocidental e Israel. (DAWISHA, 2016, p. 169).

O parlamento sírio, por sua vez, era composto por elementos de diferentes perspectivas políticas e ideológicas, tendo grupos que apoiavam uma maior aproximação ao Iraque

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(associado ao bloco ocidental capitalista) como o Partido do Povo, enquanto outros um estreitamento maior com o Egito (defensor do não-alinhamento) como o Partido Baath; após diversas confrontações, em meados de 1956 o primeiro-ministro Sabri al-Asali foi incumbido de compor um gabinete que prezasse pela união nacional. A ação levou al-Bitar ao cargo de Ministro do Exterior e Khalil Kallas ao Departamento de Economia Nacional.

Com a presença de dois baathistas ocupando cargos estratégicos no governo, o partido intensificou a sua pressão pelo estabelecimento de negociações que levassem a uma futura unificação com o Egito. O êxito veio com a composição de uma delegação constituída pelo primeiro-ministro, Sabri al-Asali (Partido Nacional), o Ministro do Exterior, Salah al-Bitar (Baath), e o Ministro do Interior, Ahmad Qanbar (Partido do Povo); no entanto com a eclosão do conflito de Suez o projeto foi interrompido.

“O ataque ao Egito em outubro de 1956 enfiureceu o partido Ba‘th e convenceu o público sírio da natureza imperialista do Ocidente. Em 1957, o movimento esquerdista ganhou mais força” (ABU JABER, 1966, p. 42). A vitória de Nasser em Suez elevou a sua figura na região e no mundo; não era apenas uma demonstração da soberania nacional egípcia, mas o triunfo árabe sobre o imperialismo ocidental.

Na Síria, partidos associados e apoiadores do bloco capitalista enfrentaram queda de popularidade após os eventos ocorridos no Egito, como o Partido do Povo, grande defensor da união nacional com o Reino do Iraque, que, por sua vez, estava alinhado ao ocidente por sua política externa, exemplificada através do Pacto de Bagdá, conseqüentemente, os partidos esquerdistas, que possuíam discursos antiocidental, cresceram em popularidade e apoio.

Salah al-Bitar, como ministro do exterior, defendia o não-alinhamento; assim, o país estava aberto a negociações com diferentes nações, não importando sua “matriz ideológica”; seguindo este prisma, a Síria estabeleceu em 1957 um contrato com a Tchecoslováquia para a construção de uma refinaria de petróleo na cidade de Homs, assim como um acordo com a URSS que envolvia a prestação de auxílio técnico e financeiro.

A nomeação do coronel Afif al-Bizri, simpatizante do comunismo, ao cargo de Chefe de Estado-maior do Exército elevou ainda mais a preocupação do Bloco do Oeste (EUA), que temia observar a Síria ser tragada para o lado “inimigo”, desta forma passaram a confabular

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

uma possível intervenção militar. A Turquia (aliada regional dos EUA) tornou a ação mais proeminente ao mover contingentes para sua fronteira sul, gerando grandes animosidades entre as potências mundiais e resultando no envio de soldados egípcios para a região da Latakia, com o intuito de prestar auxílio às forças sírias.

As negociações e a aproximação síria podem aparentar uma assimilação *de facto* ao Bloco do Leste (URSS), distanciando-se da retórica baathista defendida por al-Bitar como Ministro do Exterior, porém a união da Síria com o Egito no início de 1958, para a criação da República Árabe Unida (RAU), expressa a tentativa do Partido Baath de impedir a tomada de poder pelas forças comunistas (anteriormente aliadas contra o tradicionalismo, mas agora uma ameaça), profundamente ligadas à URSS e que cresciam exponencialmente e haviam penetrado dentro das camadas militares, políticas e civis.

Nasser possuía a envergadura e o carisma necessários para arrebatar as massas e conter uma escalada de poder dos comunistas em território sírio, também servia de exemplo, pois havia praticado expurgo e perseguições aos comunistas egípcios (entrando em choque com a URSS em certas ocasiões, apesar de nutrirem parceria comercial); desta forma, a sobrevivência política do Baath resultou na manutenção de seu neutralismo. Devemos lembrar que o estabelecimento de relações comerciais não significa necessariamente seu alinhamento com um ou outro lado.

“O primeiro passo direto foi dado em 9 de dezembro, quando 'Aflaq anunciou que o Ba'th estava elaborando um projeto de lei parlamentar para a união federal com o Egito. No final de dezembro, uma luta nos bastidores pelo controle do país estava sendo realizada a todo vapor entre os apoiadores dos Ba'th e uma aliança comunista-'Azm. Os egípcios usaram sua considerável influência para ajudar os Ba'th. A união foi anunciada em 23 de janeiro de 1958”. (TORREY, 1969, p. 457).

O acordo só foi possível devido às manobras e alianças orquestradas pelo partido de 'Aflaq, al-Bitar e al-Hawrani; das falhas dos grupos rivais, que previam a recusa do presidente egípcio diante da proposta unionista; como também em decorrência do auxílio e da vontade do próprio Nasser, pois é difícil conceber como uma figura de tamanha envergadura tenha sido completamente passiva durante o processo.

Kaylani expressa que, após a queda vertiginosa da popularidade de partidos tradicionalistas e personalistas depois da “Crise de Suez”, três figuras surgiram com proeminente poder: Akram al-Hawrani (líder do Baath e com influência dentro dos círculos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

militares), Khalid al-‘Azm (proveniente de família tradicional detentora de terras, mas apoiador dos setores de esquerda, tendo nutrido profunda relação com a URSS e atuado como Ministro da Defesa a partir de 1956) e ‘Abd al-Hamid al-Sarraj (Chefe do Serviço de Inteligência) (KAYLANI, 1972, p. 20).

O confronto interno se dividiu, como analisou Torrey, entre os comunistas e ‘Azm contra o Partido Baath e seus aliados, como al-Sarraj, que era um proeminente “nasserista”, colocando-se a favor da união com o Egito. Em 1958 o líder do Serviço Secreto emergiu como o indivíduo mais poderoso do país; desse modo, sua aliança representou um avanço significativo em direção ao acordo entre as duas nações.

“Em 1 de fevereiro de 1958, Nasser esteve com o presidente Shukri al-Quwatli, da Síria, em Damasco, e anunciou a formação de um novo Estado, a República Árabe Unida. Nasser disse à enorme multidão que se reuniu para testemunhar o evento: *Hoje, o slogan do nacionalismo árabe se tornou realidade, hoje!*” (ALEXANDER, 2005, p. 104).

Os dois movimentos que melhor representaram o conceito de Nacionalismo Popular formulado por Albert Hourani se “aglutinavam” (na realidade foi imposta como condição para a união a dissolução de todos os partidos políticos e a criação da organização política União Nacional); o Partido Baath poderia prover o sistema ideológico faltante ao movimento de Nasser, enquanto que o líder egípcio seria capaz de dispor sua envergadura, proeminência, carisma e todos os mecanismos que o auxiliavam e o propagavam, como o sistema de rádio e o protagonismo cultural. A República Árabe Unida havia tirado o sonho, a crença e a ideologia do “campo das ideias”, se tornando algo concreto, gerando grande comoção e esperanças muito além das massas do “mundo árabe”.

Considerações Finais

O conceito de “Nacionalismo Popular” empreendido por Albert Hourani encontra-se presente na ideologia do Partido Baath, assim como na condução de suas atuações perante os eventos transcorridos na sociedade síria durante o recorte temporal analisado. O partido almejava “renascer” a “comunidade árabe” e pretendia alcançar seu objetivo por meio de uma realimentação entre o *slogan* partidário: “Unidade, Liberdade e Socialismo” e o conceito de *Inqilab* (consciência histórica, responsabilidade depositada em uma base moral e confiança da praticabilidade).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Nacionalismo Árabe (Unidade Árabe) defendido pelo Baath concebia a formação de um Estado unificado. Desta forma, o grupo político atuou para romper com um *status quo* que favorecia as grandes personalidades e famílias tradicionais que tentavam perpetuar suas posições privilegiadas e ainda preservavam os laços com as forças imperialistas (evidenciado perante a atuação contra a unificação com o Reino Hachemita Iraquiano defendida principalmente pelo Partido do Povo).

O Socialismo Árabe era encarado como uma ferramenta para o “renascimento” da comunidade árabe. Sua vertente diferia das interpretações marxistas sobre a luta de classes, propriedade privada e a tomada de poder pelo proletariado. Por sua vez, combinava elementos socialistas e nacionalistas, cujo qual resultava na intenção de libertar a sociedade, o indivíduo e o espírito, promovendo uma maior distribuição da riqueza, provendo uma comunidade mais igualitário, onde o acesso a política havia se democratizado. É devido a esta concepção democrática que o Baath se colocara contra os regimes autoritários, principalmente o de Adib al-Shishakli.

O não-alinhamento (Liberdade) defendido pelo partido se mostrou visível em suas perspectivas e atuações na política externa, onde recusavam a aproximação e integração ao Bloco Ocidental (capitalista), dominado pelas antigas metrópoles, como também a assimilação ao Bloco Oriental (Socialista) que dentro de uma lógica mundial de oposição de forças acabava por perpetuar o sistema imperialista. Assim a busca por maior soberania e independência conduziram a uma maior aproximação e por fim unificação ao Estado egípcio personificado por Gamal Abdel Nasser.

Os elementos que compõem o “Nacionalismo Popular” empreendido pelo Partido Baath foram fundamentais para transformar um pequeno grupo - com uma linguagem compreensível inicialmente às camadas mais intelectualizadas do país – na organização política mais influente dentro do Estado sírios, atuando como protagonista para a materialização da República Árabe Unida.

Referências Bibliográficas

ABU JABER, Kamel S. *Arab Ba'th Socialist Party History, Ideology, and Organization*. Syracuse University Press: New York, 1966.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ALEXANDER, Anne. *Nasser: His Life and Times*. The American University in Cairo Press: Cairo, 2005.

DAWISHA, Aaded. *Arab nationalism in the twentieth century: from triumph to despair*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KAYLANI, Nabil M. *The Rise of the Syrian Ba'th, 1940-1958: Political Success, Party Failure*. *International Journal of Middle East Studies*, v. 3, n.1, pp. 3-23, January, 1972. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/162353>>. Acessado em 01 de dezembro de 2019.

MOUBAYED, Sami. *Steel and Silk: Men and Women who shaped Syria 1900- 2000*. Cune Press: 2006.

MUFTI, Malik. *Sovereign Creations: Pan-Arabism and Political Order in Syria and Iraq*. Cornell University Press: New York, 1996.

OLSON, Robert W. *Ba'th and Syria, 1947-1982: The Evolution of Ideology, Party and State from the French Mandate to the Era of Hafiz Al Asad*. The Kingston Press: New Jersey, 1982.

TORREY, Gordon H. *The Ba'th: Ideology and Practice*. *Middle East Journal*, v. 23, n.4, pp. 445-470, 1969. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4324510>>. Acessado de 28 de janeiro de 2020.

ZEINE, N. ZEINE. *The Emergency of Arab Nationalism with a Background Study of Arab-Turkish Relations in the Near East*. Delmar, 1958.